

A votação em plenário fica para a semana

A estabilidade só deverá ser votada na próxima semana. A razão não se prende apenas à perspectiva de alta de quorum neste final de semana, mas sobretudo à ausência de um atendimento definitivo entre os pontos de vista das diferentes facções da Assembleia Nacional Constituinte.

O deputado Bernardo Cabral, relator do projeto de Constituição, e que mostrou condições de produzir um texto capaz de levar ao entendimento em torno do polêmico conceito de propriedade, 24 horas após o surgimento do primeiro "buraco negro", admite que o acordo esteja próximo.

O senador Jarbas Passarinho, que deverá assumir nas próximas horas o que restou do Centrão após as defecções que atingiram o grupo, retirando-lhe pelo menos 20% de seu potencial de votos, reafirmou anteaumentem que há fundadas razões para se acreditar que os liberais de centro e o grupo de centro esquerda do PMDB terão todas as condições para neutralizar os radicais de direita e de esquerda.

O que teria isto a ver com a estabilidade? Segundo o presidente do PDS, o equilíbrio nas relações entre capital e trabalho. Isto quer dizer, segundo o senador, que abrem-se possibilidades para bloquear os exageros de parte a parte: nem o empregado será estável desde o primeiro dia de trabalho nem sua demissão poderá ser consumada em decorrência de maus humores de seu empregador.

A dificuldade maior, neste momento, conforme reconhece um dos principais negociadores do PMDB, deputado Antônio Brito, se situa na circunstância de o Centrão querer incluir o princípio da indenização no corpo da constituição. Já o senador José Richa, o principal ponto de referência do grupo dos 32, é de opinião que há possibilidades de que a matéria venha a ser localizada nas disposições transitórias e enquanto a lei ordinária não disciplinar de forma definitiva a questão.

Já os partidos de esquerda, a começar pelo PT, continuam não admitindo que o princípio geral da estabilidade fique relegado a segundo plano. A esta altura, não se trata apenas de "fechar" um acordo entre as facções majoritárias dentro da Assembleia Nacional Constituinte, mas envolver o maior número possível de partidos — e consequentemente de constituintes — neste acordo; sob pena de não serem alcançados os 280 votos mínimos em plenário, para sua aprovação e surgir um impasse difícil de ser superado.



Deputados reunirão líderes para tentar consenso sobre estabilidade

Ulysses e Cabral vão tentar um novo acordo

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o relator Bernardo Cabral estão reunindo esforços para realizar uma reunião entre as lideranças do Centrão e do PMDB, quinta-feira, para discutir uma solução conciliatória em torno da proposta de estabilidade no emprego aprovada pela Comissão de Sistematização. Cabral e Ulysses não querem correr o risco de um novo "buraco negro", como na votação do direito de propriedade, e apelam a ambos os grupos para o entendimento.

O texto aprovado pela Sistematização — garantia de emprego contra despedida imotivada — não é defendido por nenhum dos grupos, porém, as alternativas apresentadas são antagonicas. O Centrão "não abre mão" do princípio da indenização progressiva no corpo permanente como instrumento de garantia do emprego. Já o grupo liderado pelo senador Mário Covas e as "esquerdas" sustentam a inclusão do princípio da estabilidade, aceitando, porém, o tratamento da indenização nas disposições transitórias. Na última

reunião entre as lideranças do Centrão, o presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Albano Franco (PMDB/SE), revelou a disposição do grupo: o princípio da indenização "não está em negociação".

Propostas

Segundo o deputado José Lins (PFL/CE), o Centrão quer que a relação de trabalho fique protegida contra a despedida imotivada ou sem justa causa, mediante uma indenização a ser definida em lei. Como os dois grupos remetem a solução definitiva sobre a matéria para a lei ordinária, o trabalhador terá uma proteção até que o assunto seja resolvido. A tendência, segundo comentou o parlamentar, é o estabelecimento de multa de 40 a 50% sobre o FGTS. Mas alas do Centrão e as esquerdas preferem que seja feito o pagamento de um salário por ano trabalhado. Os constituintes terão que definir também se esta indenização será retroativa ou não. O PMDB defende esta retroatividade mas o Centrão está dividido.

Daso prevê falta de quorum

Apesar da convocação do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para sessão de hoje à tarde, dificilmente haverá quorum para as votações que encerram o Capítulo I do Título II. A previsão foi feita ontem pelo coordenador de mobilização do Centrão, deputado Daso Coimbra (PMDB/RJ). Na sua avaliação, os parlamentares estarão chegando a Brasília hoje à noite, garantindo quorum a partir de sexta-feira.

Para compensar a paralisação dos trabalhos desde a última sexta-feira, o deputado Ulysses Guimarães enviou telegramas aos 588 constituintes, convocan-

do-os para sessões também nos próximos sábado e domingo. Segundo estimativa de Daso Coimbra, somente no domingo deverá se iniciar a votação do polêmico Capítulo II, que trata dos direitos sociais, onde se inclui o dispositivo sobre estabilidade no emprego, que ainda vem sendo negociado entre os diversos grupos políticos.

Mas ele garantiu que a partir de sexta-feira haverá quorum para encerrar a votação do Capítulo I, que trata dos direitos e garantias individuais. Faltam ainda serem votadas 16 emendas individuais e aditivas ao texto que, para serem aprovadas, dependem da maioria absoluta de 280 votos.